



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0026634-80.2003.8.17.0001 (0336963-8)

AGRAVANTE(S): MUNICÍPIO DO RECIFE

AGRAVADO(S): EZILDA FONSECA PEREIRA

RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

EMENTA: DIREITO TRIBUTÁRIO – IPTU – EXECUÇÃO FISCAL – PRESCRIÇÃO – SÚMULA DO STJ Nº 106 – INAPLICÁVEL – AGRAVO IMPROVIDO UNANIMAMENTE.

I – O prazo prescricional para cobrança de um tributo é de 05 (cinco) anos a partir do momento da constituição do crédito tributário (Artigo 174 do Código Tributário Nacional). O crédito tributário constitui-se com o lançamento, que é o procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador e a matéria tributável, calcula o montante do tributo devido e identifica o sujeito passivo.

II – *In casu*, não houve qualquer situação que interrompa ou suspenda a prescrição, já que o que o artigo 174 do CTN, alterado pela LC 118/05, prevê como causa interruptiva o despacho que ordena a citação. Passados mais de 05 (cinco) anos da constituição dos créditos devidos pelo contribuinte, não há outra alternativa senão a de decretar prescritos os créditos tributários devidos.

III – Resta inaplicável a Súmula nº. 106 do Superior Tribunal de Justiça, pois não houve mora do Judiciário, uma vez que a demora deu-se pela inércia da Fazenda Municipal, que passou 05 (cinco) anos sem impulsionar a Execução Fiscal.

IV - Unanimemente, negou-se provimento ao Agravo Legal.


Rafael Machado da C. Cavalcanti
Desembargador

71

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo nº 0326963-8, em que figuram como Agravante e Agravado **MUNICÍPIO DO RECIFE** e **EZILDA FONSECA PEREIRA**, respectivamente, **ACORDAM** os Desembargadores da Quarta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, conhecer e negar provimento ao Recurso de Agravo Legal, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 13 de 06 de 2014.


Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0026634-80.2003.8.17.0001 (0326963-8)

AGRAVANTE(S): MUNICÍPIO DO RECIFE

AGRAVADO(S): EZILDA FONSECA PEREIRA

RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

RELATÓRIO

O Município do Recife ingressou com o presente Agravo Legal contra a decisão terminativa de fls. 42/46 que, com esteio no art. 557, *caput*, do CPC, negou seguimento ao recurso de Apelação de nº 0326963-8, em virtude de estar em confronto com a jurisprudência dominante deste E. TJPE e do Superior Tribunal de Justiça, no que tange à configuração da prescrição dos créditos tributários em referência.

Requer o Agravante que esta relatoria se retrate da decisão vergastada. Em não havendo o juízo de retratação, pugna pelo provimento do presente agravo, para que seja reformada a decisão monocrática hostilizada.

Por fim, requer que seja dado provimento ao presente agravo.

É o relatório.

Em, 13 de 06 de 2014.


Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
Relator

73



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0026634-80.2003.8.17.0001 (0326963-8)

AGRAVANTE(S): MUNICÍPIO DO RECIFE

AGRAVADO(S): EZILDA FONSECA PEREIRA

RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

VOTO

Não assiste razão ao recorrente, haja vista os fundamentos esposados serem insuficientes para modificar a decisão monocrática prolatada.

Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão terminativa proferida, por seus próprios fundamentos, razão pela qual faço remição, para que faça parte integrante da presente decisão (fls. 42/46 proferida na apelação):

XXX
XXXXXXXXXXXXX

Diante de todo exposto, voto pelo **não provimento** do presente recurso, para que seja mantida a decisão terminativa concedida no bojo da Apelação nº 0326963-8.

Recife, 13 de 06 de 2014.


Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
Relator